

Filosofia da educação: uma disciplina entre a dispersão de conteúdos e a ausência de uma identidade

Maria Betânia Barbosa Albuquerque*

Resumo: Este estudo tem como objetivo a análise do currículo formal da disciplina Filosofia da Educação nos cursos de Pedagogia. Tomou-se como universo de estudo dez universidades públicas, situadas em diferentes regiões brasileiras. Buscou-se compreender a Filosofia da Educação através de uma perspectiva legal e através dos textos de intelectuais que escrevem a seu respeito. A análise foi baseada nos estudos da Sociologia do Currículo, visando a compreensão do processo de seleção dos conteúdos de ensino e da existência de hierarquias entre tais conteúdos. Finalmente, analisou-se a formação acadêmica dos professores de Filosofia da Educação e os investimentos intelectuais feitos neste campo.

Palavras-chave: educação-filosofia, currículos, professores-formação.

Abstract: This study has as a main purpose the analysis of the Philosophy of Education in Pedagogy courses. I take how study's universe, ten public universities located in different brazilian regions. At first, we tried to look through the discipline from a legal perspective, and then to understand it through the reading of work written by Brazilian intellectuals involved in the field. The analysis was based upon some studies of the sociologic aspects of the curricula, so as to better understand the process of selecting teaching contents and pointing out the existence of privilege given to them. Finally, we examined the academic background of the professors who work with the curriculum, also the academic work they have done in the field.

Key words: Philosophy-Education, curriculum, teacher's education.

Este texto foi construído a partir de algumas conclusões extraídas da minha dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Educação

* Professora de Teorias da Educação da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

46 • Maria Betânia Barbosa Albuquerque

da UFMG, intitulada: “Filosofia da Educação: Uma disciplina entre a dispersão de conteúdos e a busca de uma identidade”, defendida e aprovada em outubro de 1996. Meu objetivo consistiu em analisar os textos de lei e a literatura educacional brasileira no que tange à disciplina Filosofia da Educação, seu objeto e campo de investigação; verificar os conteúdos propostos pelos programas desta disciplina; analisar a formação acadêmica do professor de Filosofia da Educação e os investimentos que têm feito neste campo, bem como identificar que bibliografia orienta e dá base ao seu ensino.

Para tanto foram analisados trinta (30) programas da disciplina Filosofia da Educação de dez universidades públicas a saber: Universidade Federal do Pará (UFPA), Fundação Universidade Federal do Amazonas (FUFAM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFGO), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Analisei, portanto, o conteúdo e a bibliografia dos programas de Filosofia da Educação dessas universidades, no período de 1994 e 1995.

Estou chamando de *programas* o conjunto de conteúdos selecionados como dignos de serem ensinados e que se encontram formalmente organizados pelo próprio professor da disciplina sendo, portanto, legitimados pelas unidades universitárias nas quais esses professores estão lotados. Para melhor compreensão do que quero expressar, proponho chamar esses programas conforme a denominação dada pela Sociologia do Currículo, isto é, de “currículo formal” (ou oficial) para caracterizar “o que foi planejado oficialmente para ser trabalhado nas diferentes disciplinas e séries de um curso”¹. Pretendo também com essa denominação lembrar a diferença existente entre o currículo formal (com o qual pretendo trabalhar) e o “currículo real” ou “currículo em ação”, isto é, o que efetivamente se desenvolve em sala de aula.

É sabido que antes da emergência da Nova Sociologia da Educação (NSE), as discussões no campo do currículo percebiam-no como um dado de realidade, como apenas um conjunto de conhecimentos a espera de ser transmitidos pela escola. Com o surgimento da NSE, o currículo deixou de ser visto como apenas uma questão relativa a uma listagem

neutra de conteúdos e passou a ser entendido como um conjunto de conhecimentos que é histórica e socialmente construído, além do que, implicado em relações de poder.

Por ser historicamente construído, o currículo está o tempo todo em processo de transformação, sendo, portanto, mutável e contingente, posto que a própria cultura que transmite é essencialmente mutável. Enquanto construção social dos homens, o currículo como diz Pedra (1993), “é então um recorte intencional. Recorte que sempre terá, explícita ou não, uma lógica justificante. Tal recorte ou eliminação, faz-se dos conhecimentos disponíveis em uma determinada cultura”. Daí o postulado de que a constituição de um programa de ensino é sempre o resultado de um processo de seleção cultural e, como tal, reflete a intenção ou intenções que o professor (ou mesmo um departamento ou setor) possui acerca de um campo e, neste caso específico, do campo da Filosofia da Educação.

Portanto, ao analisar o currículo formal (ou os programas) da disciplina Filosofia da Educação, estou partindo da idéia de que tal currículo sofre, de um lado, as influências sociais e econômicas do seu contexto e de outro, é a expressão de como esta disciplina é estruturada por seus professores pois, como afirma Pedra (1993), “a decisão por este ou aquele conhecimento a integrar o currículo é, já, a adesão a um modo de entender o que é conhecimento válido”. Tais considerações sobre o currículo, levaram-me à seguinte indagação: O que se prioriza como conteúdo de ensino nos programas de Filosofia da Educação? Como são selecionados tais conteúdos? É o que busquei compreender tomando como referencial de análise alguns pressupostos da Sociologia do Currículo.

Inicialmente procurei mostrar como esta disciplina é entendida, tanto do ponto de vista da legislação quanto dos teóricos envolvidos com essa problemática. Parece que a Filosofia da Educação enquanto disciplina acadêmica não tem sido objeto privilegiado de investigação pela literatura educacional, pelo menos nos dois últimos anos. O que se viu é que são poucos os trabalhos voltados para a discussão das relações entre filosofia e educação.

Além disso, há o fato de que alguns textos que se propõem a analisar a contribuição da filosofia para a educação terminam por dissertar muito mais sobre a filosofia em si, seu significado, seu método, sua relação com outros saberes, não chegando a explicitar, suficientemente, em que sentido ela se aplica ao fenômeno educativo. Muitos desses textos

48 • Maria Betânia Barbosa Albuquerque

reservam à discussão sobre a possível relação entre filosofia e educação a última página ou mesmo o último parágrafo. Esta pouca produção acadêmica acaba sendo um fator que contribui para dificultar o entendimento do que consiste realmente a correlação implicada nesta disciplina.

Para tal procedimento encontrado nesses textos, realizei algumas entrevistas com professores cuja atuação na área (através de livros, artigos, conferências, presença em eventos científicos), lhes valem destaque no campo da Filosofia da Educação². Uma das respostas obtidas refere-se ao fato de que esta disciplina é ainda recente, carecendo ainda de uma maior precisão quanto ao seu objeto. Daí alguns textos centrarem sua atenção em determinados temas da filosofia que já possuem uma certa tradição de pesquisa, limitando-se a reflexão filosófica sobre a educação ao primeiro termo da locução, isto é, à filosofia e aumentando, assim, as dificuldades para se definir sua identidade acadêmica. As palavras de Demerval Saviani contribuem para elucidar essa questão:

"A rigor é a partir do século passado que as questões pedagógicas, no sentido etimológico da palavra, ou seja, a problemática da infância, se tornou objeto de conhecimento e de estudos sistemáticos. Os próprios sistemas de ensino, enquanto formas regulares de educar as novas gerações, eles se constituem também a partir do século passado e a Pedagogia teve, então, um desenvolvimento mais significativo no campo científico. Assim, as áreas do conhecimento pedagógico não são áreas que tenham uma delimitação científica específica e já bastante amadurecida e a Filosofia da Educação, enquanto uma disciplina contida entre o campo filosófico e o campo pedagógico, também se ressentem dessa maior especificidade. Daí porque a tendência a discorrer mais sobre o campo da filosofia, enquanto um campo que já é objeto da produção humana há séculos ficando suas implicações educacionais um pouco implícitas, como se fosse uma decorrência daquele domínio, daquele campo já configurado" (Entrevista).

Embora minha pesquisa não tenha se centrado numa investigação direta do ato pedagógico dos sujeitos envolvidos na problemática da disciplina Filosofia da Educação, um ponto observado a partir dos depoi-

mentos dos entrevistados é a tendência de alguns intelectuais a se interessarem muito mais pelas questões consideradas “teóricas” do que pelas questões “práticas” ou não privilegiadamente teóricas. Assim, sendo os problemas educacionais mais de natureza prática, eles não constituem objeto privilegiado da reflexão filosófica. Isto ocorre segundo o professor Neidson Rodrigues ...

*"Talvez até mesmo por uma certa indecisão nossa sobre o que significa o ato educativo, quer dizer, a ação educativa ela comporta também uma ciência ou ela é uma prática de muitas ciências? Também essa é uma questão que não é muito clara. Se você pega Kant, por exemplo, ele não considera a educação, a pedagogia um campo científico e sim um campo de práticas e sendo um campo de práticas ela não permite formulações teóricas universais [...] A Filosofia sempre procura esses fundamentos universais. Possivelmente por isso, isto é, **como nossos filósofos estão sempre procurando os fundamentos mais universais e não encontram essa universalidade no campo da educação – porque ela é uma atividade essencialmente prática e não teórica, não privilegiadamente teórica - então, acaba-se discutindo muito mais a Filosofia e quando entra a questão da prática, nós temos pouco a dizer. Me parece que é uma questão ainda que depende de uma reflexão mais aprofundada. Geralmente os educadores, os filósofos da educação quando entram para o campo da educação eles tem uma tendência a desviarem a sua reflexão ou pro campo da ética, ou pro campo da religião, e fogem de pensar exatamente o que é que a Filosofia pode contribuir para se pensar o fenômeno educativo** (Entrevista).*

Da mesma forma, Costa (1992), em sua pesquisa sobre o ensino de Filosofia no 2º grau em Porto Alegre, afirma que dentro da própria disciplina Filosofia, existe um menosprezo pelas questões relativas ao seu *ensino* - que podem ser consideradas de natureza mais prática - as quais são vistas pelos filósofos como devendo ser de ocupação dos pedagogos e das Faculdades de Educação. Sobre isso, a autora se expressa da seguinte forma:

*"Considero que há equívocos nesta conduta que trazem algumas conseqüências para o ensino da Filosofia. Em primeiro lugar, há que se destacar a postura elitista em que ainda se colocam muitos filósofos e professores de Filosofia, influência, talvez da origem aristocrática deste saber, da qual decorrem posições político-acadêmicas que **tendem a discriminar as áreas mais práticas, como a de seu ensino**" (1992:55, grifo meu).*

Numa direção bastante semelhante à que foi explicitada pela autora acima, caminham as palavras de LUCKESI (1995) a respeito do lugar ocupado pela disciplina Filosofia da Educação no curso de Filosofia da UFBA:

*"Se você vai nos Departamentos de Filosofia, a **Filosofia da Educação é considerada uma filosofia menor**. O Departamento de Filosofia onde eu trabalho tem mais ou menos cinquenta anos e só tem a disciplina Filosofia da Educação de uns oito anos para cá. Isso porque eu lutei muito para colocá-la lá. Para o Departamento essa disciplina não cabia lá. **Ela é coisa de educadores**. Então, a Filosofia da Educação é considerada uma coisa secundária" (Entrevista).*

O depoimento do professor LUCKESI parece deixar claro que a disciplina Filosofia da Educação é concebida como "coisa de educadores", ou seja, é relativa às Faculdades de Educação e não às Faculdades de Filosofia as quais, por sua vez, estariam mais preocupadas com aqueles saberes que têm mais tradição no campo acadêmico ou com os saberes de natureza mais teórica e, portanto, menos aplicada como parece ser o caso da educação.

A evidência empírica da existência de uma certa ênfase na filosofia em relação aos aspectos mais pedagógicos pôde ser observada tanto na literatura que se propõe a explicitar essa problemática, quanto na análise dos trinta (30) programas da disciplina Filosofia da Educação. Alguns desses programas atribuem um certo privilégio a temas da filosofia ou, de maneira sutil, eles arrolam como conteúdo temas de filosofia da educação, mas muitas vezes terminam enfatizando *primeiro* a filosofia para *depois* chegarem à educação, se é que de fato chegam até ela.

Uma interpretação desses programas à luz da Sociologia do Currículo procurou demonstrar a existência de hierarquias que fazem com que determinados assuntos sejam considerados muito mais importantes do que outros. Forquin (1992), por exemplo, afirma que nem tudo que se ensina numa escola possui valor idêntico. Ao contrário, os saberes escolares encontram-se em posições hierarquizadas ou estratificadas, segundo os níveis de ensino, os ramos e as matérias. Nas palavras deste autor:

"Numa sociedade onde as instituições educacionais constituem um conjunto complexo (existência de ciclos e de cursos diferenciados) e onde o acesso aos estudos se efetua em grande parte segundo mecanismos de competição e de mercado (na medida em que a escolarização é utilizada essencialmente como um meio de acesso aos status sociais), existe muito evidentemente uma tendência à hierarquização dos ramos, alguns aparecendo como mais desejáveis, isto é, como mais "rentáveis" que outros. Indiretamente, isto significa também uma hierarquização entre os tipos de saberes ensinados nos diferentes ramos, como, por exemplo, uma desvalorização - que se constata em muitos casos - dos saberes técnicos ou profissionais, em relação aos saberes teóricos que se ensinam nos ramos ditos "gerais" (1992: 41).

A Sociologia do Currículo traz à tona a discussão em torno das hierarquias existentes entre os saberes escolares, mostrando que certos saberes têm muito mais prestígio e reconhecimento que outros. A definição das características dos saberes considerados nobres, em face de outros menos nobres, é objeto privilegiado das discussões de Young, apud Forquin (1992), para quem:

"Os docentes que se beneficiam dos status e dos salários mais elevados são também aqueles que ensinam a grupos relativamente homogêneos de alunos "bem dotados" os saberes mais abstratos, os mais dependentes da codificação escrita e que dão lugar mais facilmente a procedimentos de avaliação formal" (1992:42).

Na análise de Young (1982), um tipo de saber será mais prestigioso à medida que for mais *passível de codificação escrita*, admitir uma

avaliação formal, for mais *abstrato* e estiver *de costas voltadas para a vida cotidiana*. Por isso, a meu ver, a valorização de temas especificamente filosóficos, evidente em alguns programas de Filosofia da Educação e a conseqüente desvalorização de sua relação com a educação, pode estar relacionada a essa teoria da estratificação dos saberes escolares defendida por Young.

Outro fato que também se constatou nos programas de Filosofia da Educação foi uma dispersão nos conteúdos de ensino que incluem tanto temas da Sociologia, da Lógica ou da Psicologia. Essas dispersões são mais freqüentes nos programas de Filosofia da Educação das universidades pesquisadas que se localizam no centro-oeste, no sudeste e no sul do país. As contradições entre ementa e conteúdo e entre estes e a bibliografia são também mais evidentes nessas universidades.

As universidades do norte e do nordeste (com exceção da UFC que privilegia nos seus programas temas de Lógica e Epistemologia), tendem a organizar seus programas a partir de temas educacionais ou filosófico-educacionais, predominando na bibliografia desses programas livros de autores da educação brasileira. Em geral, os mesmos livros são indicados para leitura nos programas de Filosofia da Educação dessas universidades.

As semelhanças e diferenças entre os programas de Filosofia da Educação das dez (10) universidades podem estar relacionadas à formação acadêmica do profissional que ensina esta disciplina. Os professores das universidades do norte e do nordeste (com exceção da UFC cuja a titulação é maior), possuem uma formação mais a nível de cursos de especialização e no máximo, de mestrado. Os professores das demais universidades possuem uma formação acadêmica mais longa, que contempla tanto cursos de mestrado como de doutorado, embora estes sejam em menor número. Mesmo assim, o maior número de professores de Filosofia da Educação que possuem título de doutor não estão localizados na UFPA, FUFAM ou UFBA.

Estranhamente, parece que quanto maior é essa titulação, maiores são as dispersões existentes nos programas de Filosofia da Educação. Tais dispersões parecem estar relacionadas à formação acadêmica do professor desta disciplina que foi verificada através do exame do *curriculum vitae* daqueles que se encontravam ministrando a Filosofia da Educação nas Universidades selecionadas.

O que procurei mostrar é que essa formação acadêmica é um fator que tem determinado a seleção dos conteúdos dos programas de Filosofia da Educação, ao menos dos que foram analisados. Alguns professores estruturam seu programa de ensino muito em função desta formação, seja a nível de graduação, ou pós-graduação e, principalmente, em função dos investimentos intelectuais (pesquisas, publicação de textos, monografias orientadas...) que têm feito no campo acadêmico. Se o professor é pós-graduado, por exemplo, em Sociologia da Educação, ele tende a transformar o seu programa de Filosofia da Educação numa reflexão sobre aspectos da Sociologia da Educação.

Nesse sentido, a relação conteúdo de ensino e formação acadêmica contribui sobremaneira para a dispersividade encontrada no currículo de Filosofia da Educação, pois muitos dos investimentos intelectuais que têm orientado a escolha dos conteúdos não são investimentos que se situam, de modo específico, no terreno da Filosofia da Educação.

Alguns programas foram estruturados a partir das dissertações de mestrado ou teses de doutorado realizadas pelos professores de Filosofia da Educação, sem que muitas vezes tais dissertações e teses estivessem relacionadas ao âmbito desta disciplina. Da mesma forma, muitos títulos de mestre ou doutor adquiridos por estes professores, que se situam na área da Filosofia da Educação, não constituem resultados de pesquisas realizadas, de modo específico, neste âmbito do saber. Os dezoito *curricula vitae* analisados demonstraram que tais investimentos se encontram relativamente distantes da disciplina em que atuam profissionalmente, o que me fez deduzir que esta disciplina parece muito pouco preocupada em estreitar os laços entre a filosofia e a educação.

Ainda que se possa invocar a liberdade de expressão e a autonomia do professor como essenciais à própria natureza da Universidade e ainda que se possa vislumbrar na dispersividade um caminho para uma possível “intradisciplinaridade”, o que parece ficar claro é a inexistência de um *ethos* filosófico educacional por parte das pessoas envolvidas nesta disciplina, bem como a carência de uma categoria de profissionais interessada nos investimentos específicos desta correlação, o que, por sua vez, pode ser visto como sinal de desenvolvimento precário deste campo face a uma maturidade desejada.

A análise dos programas de ensino e dos *curricula vitae* dos professores de Filosofia da Educação levou-me a pensar que a liberdade desses

54 • Maria Betânia Barbosa Albuquerque

professores nas universidades onde atuam é muito mais próxima de uma soberania individual do que de uma autonomia departamental. Assim, no mínimo, há de se questionar o trabalho que têm tido os colegiados de curso, enquanto mediadores da construção do currículo desta disciplina.

A dispersividade encontrada nos programas sugere que o colegiado das universidades selecionadas não têm sido espaços de construções de um currículo que contemple o significado da Filosofia da Educação na formação do educador. Cada professor acaba tendo uma liberdade individual excessiva na construção do seu programa de ensino, o que lhe dá margens para ensinar aquilo que lhe é mais familiar e, portanto, que é mais cômodo. Isso tudo parece ser sinalizador da ausência de um projeto pedagógico do departamento dessas universidades que vise a uma formação do educador devedora tanto da formulação de alguns objetivos comuns, quanto oportunizadora do desenvolvimento da idiosincrasia intelectual de cada docente.

Um outro fato que também merece ser objeto de um questionamento mais profundo são os próprios critérios pelos quais o professor de Filosofia da Educação tem sido recrutado pelas universidades para assumirem o ensino desta disciplina. O que se viu é que não basta apenas ter um curso de pós-graduação em Filosofia, Educação ou mesmo em Filosofia da Educação. Primeiro porque nem sempre a disciplina Filosofia da Educação consta na grade curricular de todos estes programas de pós-graduação e, segundo, porque muitas vezes estes profissionais não realizaram suas pesquisas neste âmbito do conhecimento.

Além disso, há o fato de que nem sempre, na disciplina Filosofia da Educação, os professores têm contato com a filosofia. Daí que, ao assumirem o seu ensino tendem a estender para os programas e para os livros que indicam como leitura, os conhecimentos obtidos a partir de sua formação acadêmica a qual, muitas vezes, não visou a uma formação filosófico-educacional. As palavras do professor Ghiraldelli Junior parecem confirmar esse fato:

"O que acontece com essa disciplina? Oferecida em termos obrigatórios na graduação em Pedagogia e, esporadicamente, em outras licenciaturas e nos cursos de pós-graduação em educação, a disciplina Filosofia da Educação é, praticamente, o único espaço institucional de contato dos educadores com a

*filosofia. Mas o problema é justamente este: o contato acontece? Ora, um rápido passar de olhos sobre o que é feito nessa disciplina já é o bastante para desconfiarmos de que **tudo nela é possível, menos o estreitamento de laços entre a filosofia e a educação**" (1995:20).*

A dificuldade de se configurar com precisão um objeto para a Filosofia da Educação enquanto disciplina acadêmica é conhecida, pelo menos, desde 1969, no Parecer 632 quando Newton Sucupira discute o currículo mínimo das Faculdades de Educação. A Filosofia da Educação é, então, entendida como uma disciplina que tem na educação um campo de *aplicação*, ou seja, como uma Filosofia que *se aplica* à Educação.

Em que pese as lacunas existentes na literatura voltada para a explicitação da relação filosofia-educação, alguns intelectuais têm se dedicado à investigação neste âmbito do saber, na tentativa de contribuir com uma definição da mesma em termos do seu objeto e campo de investigação³. A Filosofia da Educação tem sido pensada como uma reflexão fundamentalmente antropológica a partir de três dimensões: ontológica, axiológica e epistemológica; como uma reflexão radical e crítica dos problemas da educação contemporânea e como uma reflexão mais voltada para o âmbito da prática pedagógica e da sala de aula. De todo modo ressalta-se, na visão dos autores analisados, a importância de se ter a *educação* como objeto central da reflexão filosófica, no âmbito dos conteúdos desta disciplina.

Um ponto a destacar nos textos dos autores consultados é a importância que tem o estudo dos clássicos da filosofia, no sentido de que podem contribuir para iluminar o debate em torno das questões atuais da Filosofia da Educação. Contudo, estes autores são unânimes na crítica à confusão que se faz entre refletir filosoficamente um problema ou simplesmente limitar-se à mera transmissão de suas conseqüências.

Apesar da tentativa de definição do que consiste o objeto da Filosofia da Educação como disciplina acadêmica, os professores que nela atuam parecem não ter incorporado em seus programas de ensino o que essa literatura, mesmo incipiente, tem enfatizado a esse respeito. Assim, pelo menos nas dez universidades selecionadas, ela não tem feito jus à sua situação de disciplina básica e obrigatória do currículo do curso de Pedagogia, voltada para a formação do (futuro) professor. Para este

fim, muitas discussões ainda têm que ser feitas, no sentido de se chamar ao debate os profissionais que nela atuam.

O que é possível sugerir, nesse sentido, é uma volta à compreensão do que consiste efetivamente esta disciplina, de qual é o seu aporte específico, a sua relação com as demais ciências da educação, o seu universo de investigação, enfim, uma volta a todas as questões que, até então, são consideradas pouco claras para os que nela atuam profissionalmente.

Um caminho que se apresenta pode ser através do entendimento da Filosofia da Educação enquanto abordagem filosófica da realidade educacional. Em outras palavras, se a Filosofia da Educação se diferencia das demais ciências da educação pela forma com a qual aborda o fenômeno educativo, isto é, filosoficamente, então cabe a ela centrar atenção especial no processo do filosofar no sentido de buscar compreender em que ele consiste e qual o seu significado na formação pedagógica.

Entretanto, se o seu objeto de reflexão é a educação, esse filosofar não deve dirigir-se a qualquer aspecto do real, mas àqueles aspectos que dizem respeito ao âmbito da educação. Nesse ponto creio serem muito significativas as contribuições de alguns intelectuais, na busca de uma explicitação de um universo temático para esta disciplina, sem o qual ela tenderá a permanecer incorrendo nas mesmas dispersões já salientadas.

A meu ver, todo problema educacional é passível de ser pensado filosoficamente e nisto consiste a tarefa da Filosofia da Educação enquanto área de conhecimento. Todavia, enquanto disciplina acadêmica, deve ser feito um recorte no interior desses problemas educacionais, dada a existência das próprias imposições institucionais como, por exemplo, a definição de uma carga horária semanal e, portanto, de um tempo restrito na transmissão dos conteúdos. Nesse sentido, uma seleção é necessária já que num tempo exíguo a totalidade dos problemas da educação não pode ser contemplado num programa de ensino.

Uma atenção especial por parte dos profissionais desta disciplina deve ser concedida a esse processo de seleção que, como se sabe, não tem nada de neutralidade. Ao contrário, a definição dos conteúdos ensináveis é o resultado de escolhas feitas por sujeitos humanos e que, portanto, encontra-se envolvida por ideologias e interesses.

Segundo a perspectiva da NSE, longe de ser apenas um espaço unitário, harmônico e homogêneo, o currículo é essencialmente um "campo cultural de contestação e conflito, espaço de reprodução, produção, re-

sistência e passividade” (Paraíso: 1995). Daí que em toda seleção curricular há sempre mecanismos conscientes ou inconscientes que mediatizam a escolha dos conteúdos considerados dignos de serem ensinados. No dizer de Apple:

“O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (1994: 59).

Enquanto forma de expressão do que consiste a disciplina Filosofia da Educação, a elaboração do seu currículo formal deveria ser o resultado de um processo contínuo de discussões e debates em torno da definição do que merece ou não ser ensinado. Como resultado de um processo coletivo de discussão (e não apenas individual), este currículo teria a possibilidade de superar as discrepâncias que foram reveladas através da análise dos programas.

No que concerne ao âmbito deste trabalho, qual seja investigar o que é formalmente organizado pelos professores da disciplina em questão, procurei, a partir da análise da bibliografia indicada nos programas, extrapolar esse nível do puramente formal e buscar perceber se havia concordância ou não entre os conteúdos e os livros indicados para leitura

Para tanto, procurei fazer um levantamento de todos os livros citados na bibliografia dos trinta programas de Filosofia da Educação, utilizando como critério de análise apenas o título dos livros e o conhecimento que possuía de algumas das obras citadas na bibliografia dos mesmos.

É importante, contudo, ressaltar que nem sempre os livros que são propostos para leitura num determinado programa de ensino são trabalhados por professores e alunos na prática de sala de aula. Muito do que de fato é lido, pode não estar citado na bibliografia dos programas. Da mesma forma, determinados textos ou livros citados na bibliografia também nem sempre são lidos.

Embora tal reconhecimento seja essencial, é preciso também reconhecer que, ao se fazer uma listagem de quais livros devem ou não nortear o ensino de uma disciplina (ainda que se encontrem no nível do “propos-

58 • Maria Betânia Barbosa Albuquerque

to”), escolhas foram feitas as quais, no limite, implicam no que deve, ou não, ser lido. Nesse sentido são oportunas as palavras de Cherryholmes,

“...aquilo que os estudantes tem a oportunidade de aprender envolve a seleção de um objeto de estudo, tal como ele é apresentado, assim como a exclusão de outros objetos. Os estudantes aprendem tanto a partir das oportunidades excluídas quanto a partir daquelas que são fornecidas. Mas eles aprendem diferentes coisas dependendo da ausência ou presença de um determinado objeto; esta distinção é importante. Uma tarefa para o estudo do currículo, nessa visão, consiste em descobrir por que oportunidades são fornecidas enquanto outras são deixadas de lado. O currículo é, em parte, um estudo daquilo que é valorizado e priorizado, assim como daquilo que é desvalorizado e excluído” (1993: 146).

Assim, no interior dos programas de Filosofia da Educação, a bibliografia também foi vista como um elemento fundamental posto que, enquanto reveladora do que deve ou não ser priorizado como leitura nesta disciplina, ela deveria ser cuidadosamente selecionada pelos professores. Certamente que referências bibliográficas são importantes, mas há programas que arrolam na sua bibliografia uma quantidade enorme de livros quando, na realidade, no exíguo tempo destinado a uma disciplina, muitos deles terminam não sendo consultados pelo professor, nem pelo aluno.

Assim, seria preferível a definição de um pequeno número de conteúdos e livros num programa de Filosofia da Educação - quando se poderia ter a possibilidade de se desenvolver um trabalho com maior qualidade - do que simplesmente listar esses conteúdos e livros sem que uma análise mais crítica sobre esta seleção tenha sido realizada.

Um fato constatado é que alguns programas são estruturados a partir de temas filosófico-educacionais. Todavia, a análise da bibliografia dos mesmos demonstrou que são poucos os livros que aparentam fazer uma reflexão sobre a educação. Há, inclusive, programas de Filosofia da Educação onde não se encontram citados na bibliografia nenhum livro situado no campo da educação reforçando, assim, a tendência a um certo descaso para com as questões educacionais.

Diante de todas as questões evidenciadas a partir desta pesquisa é

que creio ser de extrema necessidade uma participação efetiva dos professores de Filosofia da Educação nas discussões que estão sendo colocadas por esta disciplina. Trata-se de um colocar-se à escuta da situação em que ela se encontra nos cursos de formação de professores. Afinal, a que tem servido esta disciplina? Qual é o seu objetivo? Que tipo de aluno tem formado?

A construção de uma identidade para a Filosofia da Educação, a meu ver, caminha contrariamente à forma dispersiva como o seu currículo tem sido construído. Por outro lado, não se trata de impor-lhe um currículo único ao qual todas as universidades deveriam enquadrar-se. Também não se trata de fazer desta disciplina um espaço onde “tudo cabe” e onde os professores ensinam o que é mais fácil ou o que é mais cômodo. Daí a necessidade de discussões em torno de um universo temático que possa servir de norte (e não de regras rígidas) para a elaboração de seu currículo.

Nesse sentido, além do consumo da bibliografia sobre o assunto, dois espaços podem ser privilegiados. O primeiro é no âmbito departamental onde a disciplina se situa. O Departamento como espaço coletivo de organização dos conteúdos de ensino pode recuperar sua função acadêmica. O segundo espaço se remete à criação do Grupo de Trabalho (GT) em Filosofia da Educação na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação-ANPED. Tal iniciativa não deixa de ser sinalizadora de que mudanças estão ocorrendo nesse campo em vistas de um *ethos* filosófico-educacional a qual pode impactar a disciplina Filosofia da educação abrindo espaço para maior firmeza no campo acadêmico.

Nesse processo de construção de uma identidade para a Filosofia da Educação, torna-se fundamental a existência de mais estudos que enfoquem a especificidade da disciplina Filosofia da Educação, considerando a existência de poucos trabalhos que investigam esta temática.

Estudos sobre o currículo real (ou currículo em ação) desta disciplina daria margens para um confronto entre esta pesquisa sobre o currículo formal da disciplina Filosofia da Educação e o que tem sido colocado em prática pelo professor. Nesse sentido seria interessante analisar o que efetivamente tem sido ensinado e o que tem sido silenciado no seu currículo.

Estudos situados no âmbito da *História das disciplinas escolares* com

60 • Maria Betânia Barbosa Albuquerque

vistas à compreensão do processo de evolução desta disciplina ao longo da história do Brasil e da organização dos conteúdos e métodos de ensino também se fazem importantes. Da mesma forma, o recurso à *história de vida* dos professores de Filosofia da Educação daria margens para se compreender a constituição deste campo no ensino superior brasileiro, ao mesmo tempo que se resgataria aspectos dessa história ainda não sistematizados.

Uma investigação acerca dos livros que têm sido produzidos, no Brasil e em outros países, sob o título “Filosofia da Educação”; sobre como esta disciplina tem sido trabalhada em outros países; sobre a existência de alguma experiência inovadora em termos de seu ensino.... Todas estas questões estão ainda por ser investigadas.

Trabalhar em função da construção de uma identidade da Filosofia da Educação como disciplina acadêmica é uma tarefa que se impõe a todos os educadores envolvidos neste campo e a todos que almejam um esclarecimento mais profundo sobre o próprio sentido desta disciplina na formação do educador. Este trabalho, dentro dos seus objetivos e limites, quis ser um instrumento a mais na busca desta construção.

Notas

1. SANTOS, Lucíola L. P e PARAÍSO, M. A. Currículo. **Presença Pedagógica**, v.2, n.7, p.84, jan./fev. 1996,
2. Foram entrevistados os professores: Antônio Joaquim Severino, Cipriano Carlos Luckesi, Neidson Rodrigues, Miriam Warde e Demerval Saviani.
3. Para analisar a literatura educacional que discute a relação entre filosofia e educação, consulte os textos de Antônio J. Severino, Demerval Saviani, Moacir Gadotti, Cipriano C. Luckesi, Régis de Moraes e outros.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. *Repensando Ideologia e Currículo*. In: MOREIRA, A. F. B. E Silva, T. T da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

- CHERRYHOLMES, Cleo H. *Um projeto social para o currículo: Perspectivas pós-estruturais*. In: SILVA, T. T. da (org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- COSTA, Marisa V. *O ensino de filosofia: revisando a história e as práticas curriculares*. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.17, n.1, p.49-58, jan. jun. 1992.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais*. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n.5, p.28-49, 1992.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *A Filosofia na Formação do Educador*. **Caderno da Linha de Pesquisa Educação e Filosofia da UNESP, Marília**, p.19-22, 1995.
- PARÁISO, Marlucy A. **O currículo em ação e a ação do currículo na formação do/a professor/a**. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- PEDRA, José Alberto. *Currículo e conhecimento: níveis de seleção do conteúdo*. **Em Aberto**. Brasília, n.58, p.30-37, 1993.
- YOUNG, Michael F. D. *Uma abordagem do estudo dos programas enquanto fenômenos do conhecimento organizado*. In: GRÁCIO, S e STOER, S. **Sociologia da Educação II: antologia**. Lisboa: Livros Horizontes, 1982, p. 151-187.